

PERCURSOS E MURALISMOS

OS TERRITÓRIOS URBANOS COMO ARENA DE DISPUTA POLÍTICA E DE PRODUÇÃO DE MEMÓRIAS CONTRA-HEGEMÔNICAS

Bianca Rihan

Sabrina Dinola

RESUMO

O artigo analisa a relação entre *percursos de memória* em territórios urbanos e o *muralismo como linguagem periférica* de luta política. A partir de intervenções afro-referidas em São Paulo, Rio de Janeiro e Cartagena das Índias (cidades sul-americanas), compreende os murais como expressões de um patrimônio contra-hegemônico e os percursos urbanos como territórios de resistência. Argumenta que gestos, grafias e narrativas visuais e testemunhais reconfiguram o espaço urbano como arena de disputa política e de produção de memórias insurgentes, ao revelar personagens, eventos e lugares silenciados pelas narrativas oficiais.

PALAVRAS-CHAVE: Percursos de memória; Muralismos; Territórios urbanos; Patrimônio contra-hegemônico; América Latina.

ABSTRACT

This article analyzes the relationship between memory itineraries in urban territories and muralism as a peripheral language of political struggle. Based on Afro-referenced interventions in São Paulo, Rio de Janeiro, and Cartagena de Indias (South American cities), it understands murals as expressions of counter-hegemonic heritage and urban itineraries as territories of resistance. It argues that gestures, inscriptions, and visual and testimonial narratives reconfigure urban space as an arena of political dispute and the production of insurgent memories by revealing characters, events, and places silenced by official narratives.

KEYWORDS: Memory itineraries; Muralism; Urban territories; Counter-hegemonic heritage; Latin America.

O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido.

Walter Benjamin

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma articulação entre práticas de ***percursos de memória em territórios urbanos*** e o ***muralismo como linguagem periférica de luta política***. A análise enfocará inscrições e intervenções afro-referidas nas paisagens urbanas de três cidades sul-americanas: São Paulo, Rio de Janeiro e Cartagena das Índias, na Colômbia. Compreendendo os murais como expressão de um 'patrimônio contra hegemônico' e certos percursos urbanos como territórios de memorização e resistência

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

(ou, sinteticamente, *reexistência*), argumentamos que há um conjunto de gestos, grafias, representações e narrativas, tanto visuais quanto documentais ou testemunhais, que reconfiguram o espaço urbano como arena de disputa política e de produção de *memórias insurgentes* ao revelarem personagens, acontecimentos, conflitos e lugares invisibilizados e silenciados por narrativas oficiais, naturalizadas ou que impregnaram o senso comum e os imaginários nacionais modernos.

O interesse em estudar essa temática decorre de nossas experiências e atuações como pesquisadoras do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste (OPCS),¹ reforçadas e redimensionadas em diálogo com pesquisa anterior sobre muralismo na América Latina, desenvolvida por uma das autoras (Rihan, 2021; 2022).

TERRITÓRIOS URBANOS DE RESISTÊNCIA

O sociólogo Aníbal Quijano, ao tratar do que denominou “colonialidade do poder”, propôs uma análise crítica das estruturas políticas, sociais e culturais forjadas a partir da conquista da América e de seus efeitos duradouros nas formas de dominação global. Para o autor, a colonização não se restringiu apenas à ocupação territorial e à exploração econômica, esta instalou um “novo padrão mundial de poder” (Quijano, 2005, p. 117) ainda presente na atualidade. Quijano (2005) mostrou que essa forma hegemônica de poder resultou da articulação entre exploração e classificação racializada. Tal combinação permitiu a expansão de uma “modernidade eurocentrada” que, embora se apresente como universal, sustenta-se na subalternização de outras culturas.

Ao considerarmos, a partir do exposto, os espaços urbanos na América Latina - especialmente nas grandes cidades, com seus bairros, ruas, praças e diferentes tipos de instituições e equipamentos, como residências, templos, fábricas, vias, etc., e com uma estrutura social própria ao sistema de urbanização moderna (Castells, 2020, p. 340) -, estes se revelam como reflexo da segregação social produzida pelo capitalismo periférico e seus *colonialismos internos*, ao mesmo tempo em que

¹ O projeto que surgiu em 2019 como repositório de pesquisas vinculadas aos campos da memória e do patrimônio cultural: <https://observatoriodopatrimonio.com.br/site/>

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

expressam o resultado e a reafirmação da sociedade pós-colonial. Vislumbram-se assim as dimensões fundamentais para a definição e compreensão do que aqui denominamos “territórios patrimoniais” nos espaços urbanos em países latino-americanos: aquelas relacionadas à política, em particular à atuação do Estado e às ações vinculadas à construção dos Estados-Nação; e aquelas referentes tanto à economia política como às relações de poder que, para além do Estado, atravessam as múltiplas esferas da vida social (mas que são capazes, muitas vezes, de disputar as orientações do Estado para novas direções).

É neste contexto que as políticas patrimoniais e as memórias oficiais - ainda fortemente atravessadas pelos projetos de nação - podem ser compreendidas não apenas como referentes simbólicos de um passado ‘selecionado’, lembrado (ou mesmo “inventado”), mas também como marcas da segregação passada e presente. Em outras palavras, configuram-se como processo contínuo de apagamento de um contingente da população - sobretudo negro e indígena - que se busca invisibilizar e/ou esquecer.

Contudo, ao sublinharmos uma noção de “território patrimonial” marcada por **disputas de memória, identidade e pertencimento**, evidenciamos uma ferramenta aliada ao exercício da cidadania através das políticas culturais/patrimoniais (Correa, *et al.* 2024), que também passa a se apresentar como um expressivo ‘definidor’, especialmente das ações envolvendo territórios onde as interações entre memórias, práticas culturais e relações de poder se afirmam, mas nem sempre mediadas por políticas públicas (ver Dinola; Abreu, 2023; Dinola *et al.* 2023). Para isso, apresentou-se como fundamental a ampliação do próprio conceito de “patrimônio”, (re)definido para além da chancela do Estado (como sinônimo de sociedade política), na qualidade de pretensão gestor da memória oficial da nação, mas pela “organicidade dos grupos vivos que produzem e se apropriam de artefatos como alegorias dialógicas, a partir das quais os afetos e as lutas coletivas se renovam e vão adiante” (Rihan, 2022).

Nesse sentido, complexifica-se também a própria definição de Estado. Ao tomarmos a concepção gramsciana de “Estado Ampliado”, este passa a extrapolar, apesar de também abarcá-la, a esfera reduzida da chamada sociedade política. Por

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Estado compreende-se, pois, o resultado de toda a imbricação surgida das pressões e contra-pressões (Mendonça, 1996) que relacionam a sociedade política e a sociedade civil, composta por representantes de classes, grupos e frações, com suas organizações, agências, coletivos, intelectuais orgânicos etc. Segundo o autor, enxerga-se, desse modo, o território plástico em que se dão os embates em torno das visões de mundo (Gramsci, 1987) que se pretende disseminar na sociedade, seja aspirando à manutenção da hegemonia ou à transformação da realidade. O que pretendemos defender, conforme o autor, é que a hegemonia não se trata de terreno fechado. Por mais difícil que pareçam as condições, o motor da história será sempre a luta de classes (e de classificações). Isto é: há disputa².

Ou seja, se por um lado os “territórios patrimoniais”, tal como os entendemos aqui, podem nos contar histórias de preservação e de produção das estruturas coloniais e das práticas territoriais dos Estados-Nação com orientação aos interesses das classes e grupos sociais dominantes, por outro, eles também compõem a memória da tradição dos oprimidos e periféricos, sendo capazes tanto de corrigir os silenciamentos e fortalecer um contraponto aos discursos dominantes sobre o passado e o presente histórico, mas, sobretudo, de deflagrar insurgências, novas práticas, saberes e relações sociais para o futuro.

O que se observa nesses contextos é a emergência de vozes e práticas que podem ser compreendidas como gestos de **“desobediência epistêmica”** (Mignolo, 2008), **que procuram romper com a hegemonia da epistemologia ocidental e afirmar** a legitimidade de outras cosmologias e formas de conhecimento, enraizadas em experiências subalternizadas e em práticas culturais dissidentes³. Assim, a perspectiva que valoriza o “gesto patrimonial” (Abreu, 2020) - entendido como o modo pelo qual grupos sociais acionam o patrimônio para reivindicar pertencimentos e

² Como diria Gramsci, é no médium próprio da cultura que se organizam os intelectuais para a criação e a difusão da visão de mundo dos grupos que integram; no mesmo terreno, as classes hegemônicas constroem, “junto à população, o nível cultural e moral que atende às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas” (Coutinho, 2014, p. 17). Porém, é também ali que as camadas subalternas elaboram “o seu modo de conceber o mundo e a vida em contraste com a sociedade oficial” (Gramsci *apud* Coutinho, 2014, p. 17).

³ Uma primeira abordagem sobre essa ‘virada no campo patrimonial’ pode ser encontrada em trabalho anterior (ver Dinola, Abreu, Rihan, 2023).

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

narrar memórias - pode ser alargada para um plano que é ao mesmo tempo epistemológico e existencial, narrativo e expressivo, político e ecológico.

De forma mais objetiva, trata-se, na ênfase aos territórios patrimoniais, de tensionar as noções e imaginários de território e de patrimônio a partir das performances e narrativas produzidas por agentes que se construíam em torno do “urbano” de matriz moderna eurocentrada, e mantendo vínculos a grupos que recriam expressões culturais submetidas a contínuos ou recorrentes, mas nem sempre evidentes, silenciamentos e apagamentos, tanto físicos quanto simbólicos.

A partir dos debates acima delineados, propomos voltar o olhar para intervenções urbanas que observamos em três cidades latino-americanas - São Paulo, Rio de Janeiro e Cartagena de Indias -, nas quais a apropriação de práticas patrimoniais e o acionamento de dispositivos, performances e estéticas dissidentes podem ser compreendidos como meios ou formas de disputa na afirmação de territórios de resistência e de memórias contra-hegemônicas.

MAPEAMENTO DE MEMÓRIAS SILENCIADAS E INTERVENÇÕES URBANAS

Em abril de 2025, a equipe do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste (OPCS) - da qual as autoras deste trabalho fazem parte - organizou um seminário com o objetivo de promover a troca de conhecimentos e experiências entre pesquisadores (acadêmicos e não acadêmicos) e detentores de bens imateriais. O evento buscou enfatizar ações, práticas e produções que, de modo convergente, representam territórios marcados, sobretudo, pela resistência e pela luta.

A escuta atenta das apresentações de dois agentes/protagonistas e pesquisadores-parceiros do OPCS mostrou-se especialmente significativa para nossas problematizações: as palavras do sambista, sociólogo e pesquisador acadêmico **Tadeu Kaçula**, e as do produtor cultural, DJ, curador musical, pesquisador de música africana, cineasta e idealizador/produtor do projeto *Negro Muro*, **Pedro Rajão**. De modo geral, nessas falas, chamaram nossa atenção as atuações por eles intituladas, respectivamente, de “**aquilombamento da cidade**” e de “**cartografia preta da cidade**”, fortemente marcadas pelos seus vínculos com, e

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

pelas (re)afirmações de, seus territórios em duas grandes cidades brasileiras: São Paulo e Rio de Janeiro.

Tadeu Kaçula é quem está à frente da página “‘Pequena África’ Paulistana” do OPCS⁴ que (re)conta a história do bairro da Casa Verde - um “território negro” da Zona Norte de São Paulo - sob o olhar da experiência de quem sempre viveu no bairro, conjugando atuações e militâncias de pesquisador-negro/ pesquisador-sambista. Ao lado do artista urbano Fernando Cazé, Pedro Rajão propõe com o projeto *Negro Muro* “exibir retratos e biografias de personagens históricos negros em grandes muros públicos pela cidade” a partir de ‘intervenções’ (ou ‘reocupações’) urbanas feitas por murais, mais especificamente, grafites instalados na cidade do Rio de Janeiro e municípios vizinhos.

Tais atuações já haviam sido apresentadas ao OPCS alguns anos antes, no período de construção das páginas que compõem o Observatório, de nossa ida à São Paulo para acompanharmos a atuação de Tadeu no bairro da Casa Verde e nas exposições do recém-inaugurado SESC Casa Verde e do Instituto Moreira Sales (IMS-SP), onde Kaçula atuou como curador⁵. Contudo, o elemento articulador desses trabalhos - que motivou a proposição dessa mesa no seminário – surgiu após duas aulas abertas realizada no ano de 2024, uma com Tadeu Kaçula⁶ e outra com Pedro Rajão⁷, nas quais eles apresentaram seus projetos e atuações no PPGMS da Unirio.

Apesar de partirem de ações distintas, em circuitos urbanos diferentes, os trabalhos compartilhavam uma proposta comum de “mapeamento dos pontos de memória negra” (forma como ambos definem suas ações) nessas cidades. Para os dois, é fundamental desvelar ou reafirmar narrativas relacionadas à cultura e à presença da população negra, por meio de diferentes manifestações de memória ou de formas diversas de “monumentos” - conhecidos pelas políticas patrimoniais (placas, estátuas) - capazes de evocar o passado, perpetuar lembranças ou

⁴ Para acessar a página: <https://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php/itens-de-patrimonio/pequena-africa-paulistana>

⁵ T. Kaçula foi o curador da exposição inaugural do Sesc Casa Verde, “Festas, Sambas e Outros Carnavais”.

⁶ Aula aberta intitulada “Uma gira reflexiva sobre a pequena África paulistana”.

⁷ Aula aberta intitulada “NegroMuro: uma cartografia da memória negra no Rio de Janeiro”.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

reescrever uma memória coletiva. Nesse movimento, tanto a apropriação de práticas e instrumentos característicos das políticas patrimoniais quanto a criação de novas linguagens insurgentes (como a arte urbana) se apresentam como estratégias múltiplas de marcar e reivindicar a presença negra nos territórios urbanos.

Como afirma Tadeu Kaçula, era preciso “mapear” as “digitais da população negra na construção das cidades” ou os “nichos de sociabilidade negra das grandes cidades”. No caso de São Paulo, isso se referia especialmente ao “lado norte, depois do Rio Tietê”⁸, uma fronteira geográfica que não apenas delimitou ou segregou, mas também passou a conformar um “território negro”. Esse espaço foi marcado pela presença da “maior concentração de escolas de samba da cidade”, também entendidas como diferentes modos e sentimentos de demarcações socioculturais e de pertencimento.

Desse ponto de vista, diante das tentativas de apagamento dos espaços, vivências e memórias coletivas no circuito urbano, as populações negras desenvolveram diferentes estratégias de resistência à violência física e simbólica, especialmente (mas não exclusivamente) por meio da música, da dança, da religião, da oralidade. Pode-se, nesse sentido, considerar que elas constituíram “lugares (ou ‘territórios’) de memória”, capazes de fixar, criar e expandir saberes a partir de suas “performances corporais” (Martins, 2003; Taylor, 2013). Neste sentido, a performance, a dimensão atuante dos significados e das ideias, das experiências e suas inscrições, para além das perspectivas simbólica e estrutural, passa a ser compreendida em seu caráter processual, estético, intelectual, e mesmo cosmológico; enquanto prática de produção de identidades, subjetividades e de ‘políticas da vida’, abre espaço para os debates em torno da resistência e mediação cultural (Martins, 2003, 2021; Schechner, 2006).

⁸ O Rio Tietê corta a cidade de São Paulo e historicamente funcionou como eixo de expansão urbana e fronteira simbólica. Suas margens passaram a marcar distinções espaciais e sociais, separando o centro das áreas periféricas e populares que se desenvolveram “do outro lado do rio”.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Daí ser possível afirmar que há uma dinâmica crítica e criativa que torna os “mapeamentos” propostos numa *cartografia*, em que o acompanhamento de percursos, intensidades e conexões vinculadas à experiência estão disponíveis para composições micro e macropolíticas.

Deste modo, tornou-se fundamental pensarmos certas interferências urbanas como ações ou performances de ‘extensão’ dessa corporalidade, ou como formas de articulação entre territorialidades e ancestralidades no modo urbano - implicando formas de habitar o território a partir de memórias vivas, presenças, práticas ancestrais⁹. Falamos em performances, atos, gestos que se passaram a se afirmar nas suas repetições e diferenças, para além do que seja ‘hábito’ e ‘arquivo’ (Taylor, 2013), e fazendo frente às políticas de silenciamento e ocultamento que haviam predominado em tais espaços de disputa.

No site do projeto Negro Muro, esse espaço se afirma como uma “cidade profundamente marcada pela herança indígena e africana que traz em seus monumentos, ruas, pontes e avenidas o legado colonizador, militar e católico branco que até hoje se perpetua no poder”. E neste contexto, em meio a essa disputa urbana, como complementa Pedro Rajão em sua palestra, a arte urbana torna-se o dispositivo para o mapeamento dessa memória negra, por meio de grafites representando figuras negras conhecidas ou anônimas, estabelecendo o elo entre “personagem e território”, na configuração de uma “cartografia preta”. No caso, nos referimos às intervenções artísticas capazes de alterar a dinâmica urbana e as relações que a compõem, acompanhando essas mudanças (também como ‘fluxos reparatórios’) em sua própria dinamicidade.

⁹ Como sugere Tim Ingold (2000), poderíamos ler nessas práticas e performances uma expressão da incomensurabilidade entre dois modos de conceber a vida social e o pertencimento: de um lado, o paradigma moderno, fundado no modelo genealógico de sucessão linear e na instrumentalização das relações socioambientais, próprio dos Estados-nação e de seus discursos de soberania e herança; de outro, o modo relacional das culturas e cosmologias originárias, tradicionais ou de matrizes não ocidentais, que afirmam a continuidade entre humanos e natureza e preservam a espessura das noções (e das práticas) de “terra”, “memória” e “ancestralidade” como “relações vivas”. Essa tensão revela aquilo que o autor afirma como um “reconhecimento das diferenças”, mas que no interior das formas políticas modernas, é frequentemente forçado a operar dentro da própria lógica que as reduz à “homogeneidade”.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Para além de São Paulo e do Rio de Janeiro, nossas respectivas cidades de origem e territórios cotidianos de pesquisas e vivências, ampliamos a mirada para a colombiana Cartagena das Índias, pois igualmente marcada pela gramática da colonização ibérica, pelas posteriores interferências do imperialismo e da financeirização capitalista e pela forte presença de populações negras, que constroem sentidos simbólicos e materiais capazes de deslindar aspectos relacionais entre as três cidades elencadas, assim como de subvertê-los.

Diferentemente de São Paulo, que nasceu como um colégio Jesuíta, mas à semelhança do Rio de Janeiro, que durante o passado colonial contou com enormes muralhas de pedra em seu perímetro, para a proteção de seu território, Cartagena, conhecida à época da colônia como “la llave del Reino de la Nueva Granada” (Trallero, 2006), tornou-se uma cidade murada a partir do século XVI, sob o comando do rei Filipe II da Espanha. Conforme comentam Moura e Nascimento (2021).

Durante cerca de três séculos, o porto adjacente à Ciudad Amurallada perpassou quantidades descomunais do ouro e da prata das regiões andinas, obtidos inicialmente através do saque e, após algumas décadas, também da mineração. O historiador cartageneiro Alfonso Múnera (1998, p.64) aponta que, sobretudo por conta das suas condições geográficas e militares, a cidade se configurou como um centro de intenso intercâmbio de produtos, seja por vias legais, seja por contrabando (Moura; Nascimento, 2021, p. 291).

Se no Rio de Janeiro a expansão da cidade fez as muralhas transformarem-se em ruínas, em Cartagena, a manutenção dessas fortificações é justificada, até a atualidade, por seu imenso valor arquitetônico e por documentarem indícios do “passado no presente”, apontando para formas de vida, práticas econômicas e militares hoje escassas ou inexistentes.

Por esses mesmos motivos, no ano de 1984, Cartagena das Índias foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO. Sua vocação patrimonial passou a ser defendida, por suas respectivas administrações, a partir de projetos de modernidade alçados em meados do século XX. À imagem e semelhança dos antigos

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

invasores, buscou-se eleger “determinados bens ou artefatos capazes de simbolizar ou de representar metaforicamente a ideia abstrata de nação e seus corolários” (Abreu, 2015, p.67). Suas memórias e identidades coletivas foram mobilizadas, majoritariamente, a partir de representações e símbolos ligados ao passado colonial, com as proeminentes muralhas de pedra ganhando lugar de destaque. Desde então, a cidade se tornou destino turístico cobiçado, recebendo, a cada ano, milhares de visitantes curiosos para verem de perto seus “tesouros” materiais seculares.

O bairro de Getsemaní, localizado a poucos quilômetros da muralha de pedra que demarca o centro histórico de Cartagena das Índias, foi desde a colônia uma região ocupada pela população negra que se relacionava às atividades do porto. Nos séculos adiante, foi adensada com a presença de seus descendentes que seguiram no território desenvolvendo ofícios ligados ao artesanato, à atividade pesqueira, à culinária afro-colombiana, a festas e celebrações populares etc. Contudo, a partir da declaração da UNESCO, um projeto de “revitalização” urbana foi posto em prática através de parcerias entre o poder público e agentes privados, expulsando parte significativa da população nativa. O principal objetivo seria fortalecer o turismo, mesmo que à custa do “deslocamento dos setores populares” (Andrade; Goes, 2023, p. 83).

Segundo números oficiais verificados pelo censo da cidade, em um período de quinze anos, aproximadamente 80% dos habitantes não conseguiram se manter em Getsmaní. Dos quase 10.500 moradores registrados no ano de 2003, apenas 2300 permaneceriam em 2018 (El Diario AR, 2021)¹⁰. Como em São Paulo e no Rio de Janeiro, um processo escancarado de especulação imobiliária acometeu as áreas centrais da cidade patrimonial colombiana, em que casas e edifícios, antes destinados a moradias populares, transformaram-se rapidamente em hotéis e restaurantes. Junto à elevação abusiva dos valores de serviços, aluguéis e impostos, importantes espaços de renda e sociabilidade da população local foram também

¹⁰ https://www.eldiarioar.com/mundo/barrio-cartagena-indias-convirtio-laboratorio-especulacion-inmobiliaria_1_8426485.html

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

removidos ou descontinuados, como o mercado popular de Getsemaní (Andrade; Goes, 2023). Segundo Andrade e Goes (2023, p. 83, 84):

Os agentes do turismo internacional, articulados com o poder público, redefiniram usos, restringindo o número de residentes e o comércio popular no centro (Deavilapertuz, 2015, p. 124). A política urbana voltou-se a atender diretamente os interesses da reprodução do capital. [...] As remoções de bairros afrodescendentes do centro da cidade inspiram estudos baseados no processo de segregação, no qual o papel do poder público e dos agentes hegemônicos privados se evidencia (Pertuz, 2015). [...] A compra de edificações por agentes privados e sua conversão em hotéis, restaurantes e outros empreendimentos, levou ao aumento nos preços dos impostos e serviços públicos [...] (Andrade; Goes, 2023, p. 83-84).

Não obstante a violência simbólica despendia contra a população por agentes públicos em associação ao capitalismo transacional, uma série de estratégias coletivas foi organizada em oposição a ordem imposta, como no caso das imagens murais que inundam as ruas de Getsemaní. Colorindo o seu perímetro e informando tanto a população local como a onda de turistas que todos os dias circulam em seu interior, os murais encontrados no bairro central da cidade de Cartagena comunicam-se diretamente com os projetos/ performances de intervenção urbana nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, conforme narrados por Kaçula e Rajão.

Em Cartagena, os murais tratam-se também de marcadores de memórias que, para além do apelo estético, funcionam como referentes indenitários das pessoas que construíram/ constroem física e culturalmente aquele território, bem como objetos de denúncia de um processo de expulsão em curso.

Em oposição às muralhas que segregam, chanceladas como patrimônios mundiais, os murais cartageneros podem ser entendidos como patrimônios contra-hegemônicos: modos de saber e fazer coletivos que aproximam e tiram do silêncio corpos e subjetividades tragadas pelas narrativas dominantes - maneiras bastante distintas de significar paredes de concreto.

Pela limitação do formato do artigo aqui submetido, bem como pela fase inicial desta pesquisa, que ainda não realizou suas previstas idas à campo na cidade de Cartagena - imprescindíveis para ultrapassarmos leituras estáticas das imagens, favorecendo os sentidos e movimentos que se precipitam durante seus processos de

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

produção, circulação e apropriação (Meneses, 2003, p.28), com destaque para os atores sociais presentes no território -, neste momento, nos atemos a um movimento metodológico preliminar. Trata-se da pesquisa de imagens e formação de *corpus* de análise a partir de buscas pelos descritores “murais Cartagena”, “muralismo Cartagena”, “arte urbana Cartagena” nas bases de dado Google Scholar; Periódicos Capes; CLASE. Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; CLACSO- Biblioteca Virtual em Ciências Sociais da América Latina e do Caribe; REDALYC - Rede de Revistas Científicas da América Latina y el Caribe.

Nesta fase, a maioria dos resultados encontrados foram justamente referentes a pinturas realizadas nas paredes do bairro Getsemaní, sobretudo na Calle de la Sierpe, que sediou o projeto muralista “Pedro Romero Vive Aquí”, em 2010; e o Festival Internacional de Arte Urbana, em 2013 (Trans-Americas Journey, 2015)¹¹.

Muitos dos murais pintados nessas ocasiões foram mantidos, outros refeitos ou restaurados, e novos não cessam de aparecer. Para este artigo, recortamos o território de Getsemaní como *locus*, bem como as imagens disponibilizadas pelo Trans-Americas Journey¹² e pelo Cartagena Connections como *corpus*.

A seguir, apresentamos uma série de quatro imagens-murais, dispostas nas paredes de Getsemaní, encontradas em nosso primeiro conjunto de buscas.

Figura 1



Fonte: Trans-Americas Journey

¹¹ <https://trans-americas.com/street-art-cartagena-colombia/>

¹²idem

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Na figura 1, observamos a imagem de uma mulher negra vestindo roupas coloridas, cercada por elementos naturais, como pássaros e flores, e portando na cabeça uma bacia com frutas e outros alimentos. O mural representa uma “palenquera”, título que remonta o passado colonial e a presença - bem como os processos de resistência - de africanos escravizados em território colombiano.

Dos primeiros “palenques”¹³ na Colômbia, destaca-se o estabelecido no que é hoje San Basílio de Palenque, a mais ou menos 60 quilômetros de distância de Cartagena, em direção à costa - mais precisamente no distrito de Mahates, estado de Bolívar (Souza, 2020). Há indícios de que a comunidade tenha se originado por volta do ano de 1600, sob a liderança de Benkos Biohó, natural do arquipélago dos Bijagós, atual Guiné-Bissau, e de que por mais de um século tenha resistido às investidas bélicas da coroa espanhola com muita organização coletiva e perspicazes estratégias de defesa. Apesar das controvérsias quanto à data exata de fundação, e da própria figura de Biohó como o “principal responsável pelo ajuntamento” (Souza, 2020), é impossível dissociar tais questões das memórias coletivas circulantes na comunidade.

Conforme descreve Souza (2020), o porto de Cartagena recebeu, desde o início da colonização, pessoas de distintas etnias de África. Apesar disso, a autora argumenta haver uma certa homogeneidade na língua palenquera, sendo possível a identificação “predominantemente de elementos bantu”. (...) “Isso explica as fortes influências do kikongo na lengua palenquera”, e em muitos dos costumes e práticas que até hoje se afirmam na região, tornando admissível a hipótese sobre a predominância de população advinda da África Subsaariana na ocupação de San Basílio de Palenque.

Obviamente, não sem transformações e atualizações, pode-se dizer que, para além da linguística, uma série de tradições africanas permaneceu salvaguardada em Palenque, como as expressões ritualísticas e musicais, bem como a culinária, fortemente representada por essas mulheres - como a pintada em Getsemaní - que

¹³ Organizações semelhantes aos quilombos no Brasil.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

até os dias de hoje vão diariamente ao centro da cidade de Cartagena vender seus quitutes.

A culinária afro-colombiana, praticada e transmitida pelas palenqueras, ultrapassa sobremaneira a mera função nutricional, combinando uma série de elementos “ecológicos-ambientais, históricos, culturais e econômicos, interligados em redes simbólicas” (Gastal; Costa, 2023). As práticas culinárias trazidas de África, com seus sabores, saberes e técnicas de preparo ancestrais vêm incorporando algumas novas “pitadas” ao longo da formação de várias gerações de cozinheiras negras colombianas, sem deixar de cumprir “importante função sociocultural ao constituírem-se como referente memorial e identitário de indivíduos e coletividades” (Gastal; Costa, 2023).

Como sinalização significativa sobre as transformações nos discursos e nas práticas patrimoniais nas últimas décadas, que vêm caminhando, em parte, para “o reconhecimento da diversidade como um valor central” (Ribeiro, 2006, p. 201), San Basilio de Palenque, foi inscrito, no ano de 2008, na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Segundo Ribeiro “Um estudo da UNESCO (2004) baseado em documentos oficiais mostra como a trajetória da discussão sobre diversidade cultural tem mudado na instituição com o passar do tempo, refletindo diferentes conjunturas do sistema mundial” (Ribeiro, 2006, p. 213) e os resultados de pressões e lutas “cosmopolíticas” envolvendo a sociedade civil, intelectuais, comunidades detentoras, Estados, agências multilaterais etc., garantindo certa “atuação patrimonial segundo uma concepção mais democrática” (Dinola; Rihan; Abreu; Borges, 2023).

No site da Unesco, a justificativa para a patrimonialização de San Basilio de Palenque aponta para sua origem como uma daquelas “comunidades llamadas “palenques”, que fueron fundadas por los esclavos fugitivos como refugio en el siglo XVII. De los muchos palenques que existían en épocas anteriores, sólo el de San Basilio ha sobrevivido hasta hoy, convirtiéndose en un espacio cultural unico” (Unesco)¹⁴.

¹⁴ <https://ich.unesco.org/en/RL/cultural-space-of-palenque-de-san-basilio-00102>

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Sem negar certa virada em práticas e ações de patrimonialização na América Latina, que garantiu, inclusive, o título de patrimônio imaterial a San Basilio de Palenque - com a valorização tanto de sua geografia territorial mas, sobretudo, das expressões culturais a ela associada - é inevitável pensarmos em como seu encaminhamento hegemônico é tributário de novas práticas de despojo, físicas e simbólicas, que se alargam desde o “longo processo colonial” e se reinventam no cenário capitalista, imperialista e neoliberal da contemporaneidade (Alkimin, 2015, p.3).

Em recente publicação da BBC News, de julho de 2023, intitulada “Sou patrimônio histórico, mas não posso pagar dentista': o muro que divide Cartagena, a cidade mais turística da Colômbia”¹⁵, fica explícito o projeto de cidade que recebe estrangeiros com opulência e exclui da “zona de pedra” do centro da cidade, aclamada como patrimônio mundial, bem como da zona da dignidade, os colombianos de classes subalternas, mesmo aqueles que - na teoria - são detentores de patrimônios coletivos, como as palenqueras. Estas apenas entram para servir, ou têm seu acesso negado.

A reportagem destaca a história de Beth, mulher negra e periférica que sobrevive vendendo frutas e posando para fotos com turistas, interessados em retratar seus trajes coloridos e teoricamente representativos da “alegria” nativa. Ao ser entrevistada, Beth expressa outro sentimento, o de revolta, ao confirmar o caráter privado e excludente do que deveria ser um patrimônio público e popular: “Fomos nós, negros, que fizemos essas paredes” (...) “mas não temos muitos direitos sobre elas”¹⁶.

Nas páginas seguintes, alguns dados confirmam as desigualdades sociais contornadas pela muralha. Na Cartagena de “fora”, “duas em cada três pessoas não comem três vezes ao dia; 70% trabalham na informalidade, têm a pior qualidade

¹⁵ <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cmlxmeg1g9mo#:~:text='Sou%20patrim%C3%B4nio%20hist%C3%B3rico%2C%20mas%20n%C3%A3o,da%20Col%C3%B4mbia%20%2D%20BBC%20News%20Brasil>

¹⁶ Idem

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

educacional do país e vivem sob a ansiedade de uma criminalidade que registrou 360 homicídios em 2022, o maior número da história recente”¹⁷.

Figura 2



Fonte: <https://jillanddanaadventure.com/2024/02/08/getsemanis-street-art/>

Na figura 2, observamos uma reconstrução de memória em torno das guerras de independência, ocorridas no início do século XIX, e que são majoritariamente narradas como articulações conduzidas por patriotas republicanos provenientes das

¹⁷ Idem

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

elites políticas e militares, com pouca ou nenhuma participação popular e distantes de quaisquer aspirações revolucionárias.

Como observamos na imagem, uma narrativa diferente se deslinda em cores, em um dos muros de Getsemaní, bairro historicamente negro, onde se iniciou, não por acaso, um dos levantes independentistas na cidade de Cartagena, “la cual fue una república independiente entre 1811 y 1815” (Lasso, 2008, p. 3). Plasmados na parede estão homens negros, armados com espadas, lanças e pistolas, como quem toma de assalto as ruas em direção ao palácio de governo de Cartagena (Lasso, 2008).

Luego de insultar y golpear a los miembros criollos que conducían la junta revolucionaria, la multitud les forzó a firmar una declaración de independencia contra su voluntad. ¿Cuál es el significado de esta escena de independencia? La misma ciertamente no se amolda a las muy exaltadas historias nacionalistas de principios del período republicano, que glorificaban la independencia, el nacimiento de la nación, y el papel histórico de los padres fundadores criollos. Ella tampoco encaja con narraciones socio-históricas más recientes, las cuales tendrían problemas en explicar una jornada independentista liderada por afro-colombianos (Lasso, 2008, p. 2).

Segundo Marixa Lasso (2008), em seu artigo “El día de la independencia: una revisión necesaria. Acción política afro-colombiana y narrativas patrióticas criollas, Cartagena, 1809-1815”, o processo independentista em Cartagena contou com expressiva participação popular e negra. Uma das hipóteses para a organização contrária ao Império Espanhol, conforme a autora, aponta justamente para as políticas raciais levadas a cabo na região, que negaram “direitos de cidadania a pessoas de ascendência africana (...)”, transformando-as, consequentemente, em importantes aliados na causa republicana.

Como detalha Lasso, os republicanos não pouparam esforços para construir uma “retórica da harmonia racial” direcionada às populações negras e pardas, prometendo mudanças radicais se consolidada a República conduzida pelos “patriotas” (Lasso, 2008). Desse modo, conseguiram mobilizar um grande contingente de afro-colombianos, com destaque para os artesãos do bairro de Getsemaní, os “lanceiros de Getsemaní” e, sobretudo, para a figura de Pedro Romero, descrito nas

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

fontes bibliográficas como um “pardo artesão que se destacou no movimento independentista de Cartagena dirigindo as forças populares que obrigaram a Junta Suprema de Cartagena a se separar radicalmente da Espanha” (Caraponale, 2019, p. 149).

Figura 3



Fonte: Trans-Americas Journey

Interessante notar que, na Figura 3, o nome “Pedro Romero” se apresenta como assinatura de um dos artistas responsáveis por colorir as ruas de Getsemani na atualidade. Ao acionar, como sua “marca registrada”, figura emblemática da história colombiana do início do século XIX, o muralista do século XXI atualiza o debate sobre a expulsão da população negra da região central de Cartagena. No centro do mural, percebemos um homem negro apontando para a porta da construção, ilustrada com a frase “não se vende”.

Como “marca registrada” ou “marca de memória”, a manifestação da identidade de Pedro Romero vinculada à atual pauta do direito à cidade para a população negra transborda o que, a princípio, poderia sugerir uma questão do presente. É justamente a relação entre tempos distintos, cruzados em um mesmo

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

espaço social, que nos faz antever um processo histórico, de longa duração, que compreende a subalternização racial e a marginalização espacial como estratégias para a reprodução dominante da colônia ao neoliberalismo¹⁸.

Apesar do papel imprescindível dos “lanceiros” para a emancipação de Cartagena e das inúmeras promessas mobilizadas pelos chamados “patriotas” (Lasso, 2008), a exclusão das populações negras dos cenários políticos e econômicos da cidade, pós-independência, foi notável.

Conforme Moura e Nascimento (2020), a instituição da República em Cartagena apagou das narrativas oficiais grupos imprescindíveis para seu sucesso. Estes seriam também paulatinamente empurrados para áreas periféricas, processo prolongado até a atualidade e intensificado com o reconhecimento de Cartagena como Patrimônio Mundial da Unesco, em 1984.

Figura 4



Fonte: <https://www.pelago.com/zh/activity/p6d6s45yu-graffiti-tour-in-getsemani-cartagena-cartagena-de-indias/>

Na figura 4, observa-se um mural que evoca, justamente, este “patrimônio de pedra e cal” que permanece de pé - apesar das muitas rachaduras (simbólicas) nas

¹⁸ GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

muralhas que o sustentam -; confrontado às mensagens “O Bairro Livre”/ “Gestsemaní resiste”, denunciando a chegada do capital imobiliário e turístico que avança pelo solo urbano provocando a divisão social e racial do espaço, agravando um processo de desterritorialização (Hasbaert, 2003) e despolitização do território.

CONSIDERAÇÕES

Buscamos trazer para este trabalho algumas questões e reflexões, ainda não plenamente amadurecidas, que vêm sendo traçadas na prática de pesquisas e nos encontros propiciados por elas, com o intuito de discutir como determinados territórios urbanos - vinculados a grupos segregados e/ ou subalternizados, e marcados por cosmovisões de matrizes não ocidentais e/ou de resistência - passam a ser um *locus* de práticas urbanas insurgentes.

Os murais e outros modos de intervenção aqui abordados combinam histórias nativas ou subalternas; saberes e conhecimentos ancestrais; reivindicações por direitos; símbolos de lutas populares e de trabalhadores; lutas decoloniais e contra-coloniais no continente americano etc. Multíssimas vezes, são produzidos ou colocados à margem dos regimes de oficialidade, das instituições públicas ou de agências multilaterais; outras vezes, dialogam mais diretamente (não sem tensões) com estes; e eventualmente vêm a ser até contemplados por essas instituições e suas políticas. A despeito dessas variações e circunstâncias, são considerados (neste trabalho) e defendidos (nos grupos e territórios em questão) como patrimônios contra-hegêmonicos e monumentos plurais, instrumentos de tensionamento e denúncia a projetos antidemocráticos de Estado e de sociedade. Como se vê, a política é combinada à dimensão incontornável da cultura, sem a qual não é possível a construção de legitimidade para projetos políticos-patrimoniais determinados, nem a deflagração das tantas vozes e memórias dissidentes.

De acordo com tal entendimento, os discursos, representações e institucionalidades dominantes, relativos aos processos de construção de identidades (locais, nacionais ou transversais) vêm sendo questionados por práticas e representações que, a nosso ver, configuram “deslocamentos político-epistemológicos” (Dinola; Rihan; Abreu; Borges, 2023) nas noções de memória e de

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

patrimônio. Entendemos que não se trata, nisso tudo, apenas de enfrentar, contornar ou minorar as operações hegemônicas de esquecimento, apagamento, inviabilização e subalternização de saberes-fazeres e de seus criadores, autores e “detentores”. Consideramos que os percursos urbanos e os territórios patrimoniais brevemente observados e analisados neste trabalho são também operadores de memórias, ou agentes de “memoração” (Davallon, 2015), no sentido de que performam atualizações - sempre provisórias e em movimento - daquilo que tem valor de experiência e significação social na comunicação entre passado e futuro.

Se falamos em territórios e memórias contra-hegemônicos, é porque as próprias experiências e saberes dos grupos e identidades se tornam também repertório e oportunidade para a transformação dos fluxos cristalizados e das hierarquias constituídas pelos saberes-poderes dominantes.

A agência e o protagonismo dos grupos detentores reafirmam em chave crítica suas múltiplas presenças e diferenças e potencializam novos tempos e espaços de expressões culturais e identitárias. Para além da reivindicação por políticas públicas inclusivas e por processos ampliados e participativos de patrimonialização, essas ações configuram instâncias efetivas e alternativas de reconfiguração do próprio sentido de patrimônio - entendido como campo de disputa simbólica e de produção de novas formas de pertencimento.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Futuros imaginados: o gesto patrimonial e o conceito de “diversidade cultural”. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 55, p. 250-270, 2020.

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Cecile; DODEBEI, Vera. (orgs.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press, 2015.

ABREU, Regina; DINOLA, Sabrina; FELIX, Rafael. Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste: relato de uma experiência de “memoração” do patrimônio cultural. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes *et al.* (orgs.). **Memória social em movimento**. Canoas: Unilasalle, 2022. v. 12, p. 43-70.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

ALKMIN, Fabio. Por uma geografia da autonomia: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2015.

ANDRADE, Rita de Cássia Gregório de; GÓES, Eda Maria. Gentrificação em Cartagena de Índias – Colômbia: o caso de La Boquilla. **Ateliê Geográfico**, v. 17, n. 2, p. 76-97, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateli/article/view/74558>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CARAPONALE, Priscila Ferrer. **Joaquín Infante e as independências ibero-americanas**: uma biografia política [versão corrigida]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019. 304 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30102019-184733/publico/2019_PriscilaFerrerCaraponale_VCorr.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

CORREA, Joana; ABREU, Regina; BORGES, Iria; DINOLA, Sabrina; RIHAN, Bianca. O papel do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste na proteção e salvaguarda da região do Serro (MG) como “território patrimonial”. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 34, 2024, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Aba publicações, 2024. p. 1002.

COUTINHO, Eduardo Granja. Gramsci: a comunicação como política. In: COUTINHO, Eduardo Granja. **A comunicação do oprimido e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

DAVALLON, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In: TARDY, Cecile; DODEBEL, Vera (orgs.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press, 2015.

DINOLA, Sabrina; BORGES, Iria; FELIX, Rafael. A experiência do patrimônio através da partilha virtual: uma perspectiva do/sobre o Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 33, 2022, Evento Online. **Anais [...]**. Evento Online. Aba publicações, 2022. p. 1-10.

DINOLA, Sabrina; ABREU, Regina. Um observatório do patrimônio cultural: ações e práticas patrimoniais em experiências de campo e em partilhas virtuais. **Aceno: Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 10, p. 211-228, 2023.

DINOLA, Sabrina; RIHAN, Bianca; ABREU, Regina; BORGES, Iria. Partilhas virtuais, atos compartilhados: transposição de acervos de pesquisas e construções coletivas de pesquisadores nativos. **Revista Iluminuras**, v. 24, p. 66-100, 2023.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

GASTAL, Susana; COSTA, Luciana de Castro Neves. Práticas alimentares, memórias e mobilidades. **Revista Memória em Rede**, v. 15, n. 28, p. 1-4, 2023.

GETSEMANÍ'S STREET ART. [Fotografias]. In: AND DANA ADVENTURE, Jill & Dana. Getsemaní's Street Art. [s.l.], 8 fev. 2024. Disponível em: <https://jillanddanaadventure.com/2024/02/08/getsemanis-street-art/>.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, p. 12-24, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38739>. Acesso em: 13 abr. 2025.

INGOLD, Tim. **The Perception of the Environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2000.

LASSO, Marixa. El día de la independencia: una revisión necesaria – Acción política afro-colombiana y narrativas patrióticas criollas, Cartagena, 1809-1815. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, n. "Débats", 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/32872>. Acesso em: 15 mai. 2025.

MARTINS, Leda. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. **Letras**, n. 26, p. 63-81, 2003.

MARTINS, Leda. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cogobó, 2021.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Revista Tempo**, v. 1, p. 94-125, 1996.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

MOHL, Eric (fot.). Street art in Cartagena, Colombia: photo essay. Trans-Americas Journey, 29 abr. 2015. Disponível em: <https://trans-americas.com/street-art-cartagena-colombia/>.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

MOURA, Milton Araújo; NASCIMENTO, Enzo Lago. O perfil de Pedro Romero na historiografia sobre a independência de Cartagena de Índias. **Revista FSA**, Teresina, v. 18, n. 1, p. 289-312, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Diversidade cultural enquanto discurso global. Centro do Patrimônio Mundial, UNESCO, Paris, 2006. Disponível em: http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/Ribeiro_desdiv_n2.pdf.

RIHAN, Bianca; SALDANHA, Gustavo Silva. Neodocumentação e dialogismo no muralismo zapatista. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/521>. Acesso em: 15 ago. 2025.

RIHAN, Bianca. Memoração e contra-hegemonia no muralismo zapatista: o patrimônio indígena desde “abajo y a la izquierda”. *In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA*, 33, 2022, Evento Online. **Anais [...]**. Evento Online. Aba publicações, 2022.

SÁNCHEZ, Camilo. El barrio de Cartagena de Indias que se convirtió en “laboratorio” de la especulación inmobiliaria. **elDiarioAR**, 24 out. 2021. Disponível em: https://www.eldiarioar.com/mundo/barrio-cartagena-indias-convirtio-laboratorio-especulacion-inmobiliaria_1_8426485.html. Acesso em: 20 ago. 2025.

SÁNCHEZ, Camilo. ‘Sou patrimônio histórico, mas não posso pagar dentista’: o muro que divide Cartagena, a cidade mais turística da Colômbia. **BBC News Brasil**, 23 jul. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cmlxmeg1g9mo>.

SCHECHNER, Richard. “O que é performance?”, em *Performance studies: in introduccion*, second edition. New York & London: Routledge, 2006. p. 28-51.

SOUZA, Raquel Santos. ‘Lumbalú’ **Más Allá de los Tambores**: do transcender espiritual à insurgência em San Basilio de Palenque. 2021. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6079>. Acesso em: 15 mar. 2025.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório**: performance e memória cultural nas Américas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

TRALLERO, Alberto Samudio. **Cartagena veintiún años después de ser declarada patrimonio mundial**. Memorias, Universidad del Norte, Barranquilla, ano 3, n. 6, 2006.

UNESCO. Cultural space of Palenque de San Basilio: nomination file No. 00102. Inscribed in 2008 on the Representative List of the Intangible Cultural Heritage of Humanity. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/RL/cultural-space-of-palenque-de-san-basilio-00102>. Acesso em: 12 ago. 2025.

SOBRE AS AUTORAS

Bianca Rihan

Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1988-1779>

E-mail: bianca.rihan@unirio.br

Sabrina Dinola

Pós-doutoranda e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9872-2268>

E-mail: sadinola@gmail.com